



VIOLÊNCIA

Tiroteio entre policiais e traficantes no aeroporto

Quadrilha tentava embarcar cocaína em um voo que partiria de Guarulhos para a Europa, mas foi descoberta, o que deu início à troca de tiros. É o segundo incidente envolvendo homens fortemente armados — o primeiro foi o assassinato de um delator do PCC

» FABIO GRECCHI
» IAGO MAC CORD

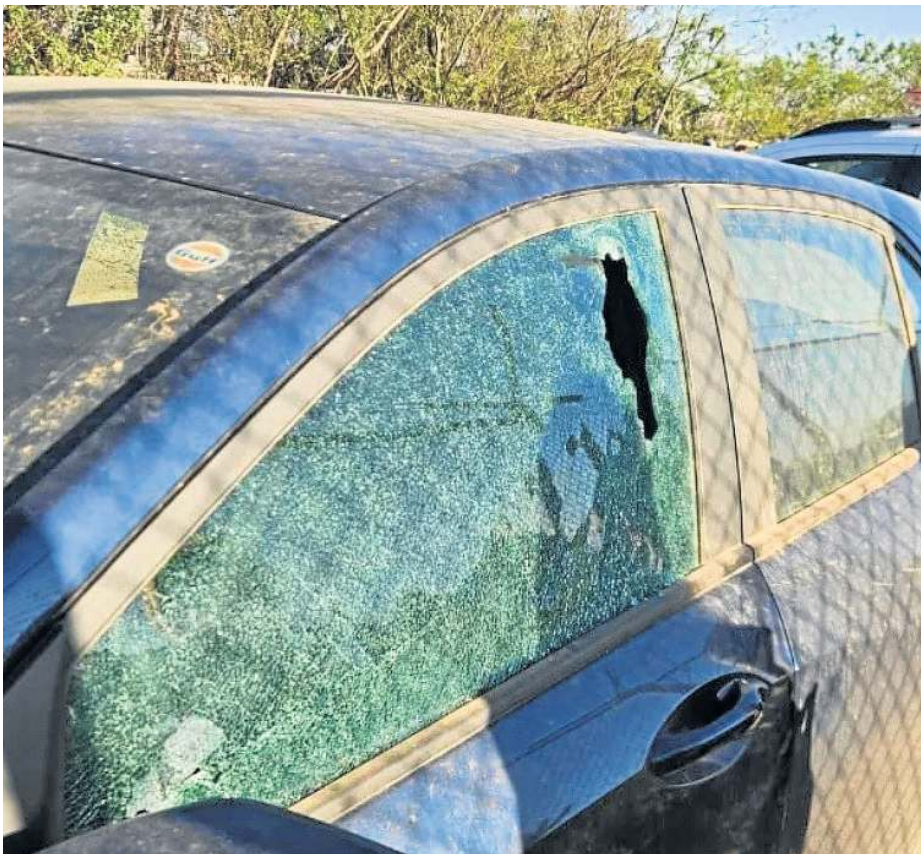
Policiais federais e traficantes trocaram tiros, ontem, em uma das áreas que compõem o complexo do Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, o maior do país. O confronto foi na parte externa, nas proximidades do Terminal 3 e da rodovia Hélio Smidt. Até o fechamento desta edição, não havia informações sobre feridos e presos.

O tiroteio começou quando os agentes perceberam que os suspeitos romperam a cerca que limita o aeroporto e dá acesso à área restrita de cargas do aeroporto. Usavam os buracos na grade para, segundo a PF, tentar embarcar pacotes com drogas em um voo para a Europa. O grupo estava em quatro veículos, interceptados perto da cabeceira da pista, por volta das 14h30. Eram pelo menos 10 pessoas.

Com o bloqueio, começou o tiroteio. Os suspeitos, porém, conseguiram fugir em direção às obras do Rio Baquirivu e uma área de mata próxima do aeroporto. Cinco malas com cocaína que haviam sido embarcadas na aeronave, além de quatro caixas de drogas, foram deixadas para trás. Segundo a PF, estima-se que o grupo carregava mais de 300 kg de cocaína. Equipes das polícias Militar, Militar Rodoviária Federal e Civil foram acionadas para tentar capturar a quadrilha.

A concessionária GRU Airport confirmou o tiroteio, mas não divulgou dados sobre o impacto no fluxo aeroportuário. Segundo usuários do aeroporto, o confronto entre policiais e supostos traficantes não prejudicou pousos e decolagens.

Fotos: redes sociais



Carro utilizado pelos traficantes foi encontrado nas proximidades do aeroporto



Na fuga, quadrilha deixou para trás pacotes com cocaína que seriam embarcados

Morto no desembarque

Este é o segundo incidente envolvendo criminosos fortemente armados em Guarulhos cujo pano de fundo é o tráfico de drogas. O anterior foi o assassinato do empresário do ramo imobiliário Antônio Vinícius Lopes Gritzbach, em 8 de novembro de 2024, pouco depois de desembarcar no Terminal 2 de Guarulhos e em plena luz do dia. Ele colaborava com o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) e denunciara

esquemas de lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC). Colaborava com as autoridades a fim de diminuir a pena por ter legalizado dinheiro da facção via compra de imóveis e investimento em criptomonedas.

Gritzbach foi assassinado com tiros de fuzil no retorno de uma viagem que fizera a Maceió. Segundo a diretora do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) da Polícia Civil de São Paulo, delegada Ivalda Aleixo, o crime foi motivado pelo fato de o empresário ter

entregado os nomes de policiais que estavam na folha de pagamento da organização criminosa.

Horas depois do assassinato, um carro Volkswagen Gol preto usado no crime foi encontrado abandonado em uma favela próxima do aeroporto. No veículo, havia munição de fuzil e um colete balístico.

A partir daí, houve uma longa investigação, que trouxe à tona o envolvimento de vários policiais militares e civis de São Paulo com o PCC. Em 2 de junho, o MP-SP pediu a condenação de sete policiais

civis e outros quatro investigados no âmbito da Operação Tacitus, que investigou o esquema de lavagem de dinheiro, extorsão e cobrança de propina milionária de Gritzbach.

Em 22 de junho, o julgamento dos três PMs acusados do assassinato e do motorista de aplicativo Celso Novais, que ajudou na fuga depois do assassinato, foi anulado. A defesa dos acusados abandonou o plenário do Fórum Criminal de Guarulhos após se desentender com o promotor do caso. O júri popular dos PMs foi remarcado para fevereiro de 2027.

10

pessoas pelo menos trocaram tiros com a PF depois de serem descobertas tentando embarcar drogas em voo para a Europa

MEIO AMBIENTE

Vendaval denuncia cidades vulneráveis

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

Os eventos climáticos extremos desta semana expõem a realidade do despreparo das cidades brasileiras para a adaptação das mudanças climáticas. Na quarta-feira, o Rio de Janeiro foi atingido por rajadas de vento de até 100 km/h, que deixou dois mortos, diversos feridos e mais de 80 mil imóveis que ficaram sem energia por mais de 24 horas. Em São Paulo, o vendaval chegou a 125 km/h, matou três pessoas e causou destruição no Litoral Norte estado. Já o Rio Grande do Sul enfrenta, pelo terceiro ano consecutivo, os perigos dos temporais, com inundações, frentes frias e rajadas de vento.

A expectativa é de que, neste semestre, tais eventos climáticos fiquem cada vez mais comuns, com a chegada no El Niño. Para Rodrigo Jesus, porta-voz da Frente de Justiça Climática do Greenpeace Brasil, a destruição e as mortes desta semana não podem ser atribuídas exclusivamente ao fenômeno, mas são um sinal de alerta do que vem pela frente.

“Esses ventos são um alerta importante sobre um cenário que tende a se tornar mais frequente e intenso. O ponto central é que não estamos diante de um evento isolado, mas de uma tendência. O Brasil

precisa deixar de reagir apenas às tragédias e começar a se preparar de forma permanente para um clima que já mudou”, entende.

De acordo com Marcelo Seluchi, coordenador de operação do Centro Nacional de Monitoramento de Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o foco deve ser nos estados para conseguir mitigar os efeitos climáticos.

“Às vezes, não serve de nada o governo federal se preparar, ter uma política de contingência, se a Defesa Civil do município não tem meios para trabalhar, para prevenir esses desastres”, observa.

A adaptação das cidades brasileiras aos eventos climáticos extremos precisa ser tratada como uma política pública permanente, e não apenas como uma resposta após a ocorrência de desastres. Para Rodrigo Jesus, o planejamento antecipado é fundamental para reduzir os impactos e os custos provocados por enchentes, secas, vendavais e incêndios.

“Pensar em reconstruir custa muito mais caro do que é projetado ou estipulado. A adaptação precisa ser uma política pública contínua, porque o custo de prevenir é muito menor do que o custo de reconstrução”, afirma.

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Estragos dos fortes ventos de quarta-feira mostram que o Rio está despreparado para eventos extremos

Preparação do morador da comunidade

A previsão da chegada de um dos mais fortes episódios de El Niño já registrados reforça a necessidade de adaptação à crise climática por comunidades marginalizadas, que frequentemente enfrentam sozinhas os impactos dos eventos extremos. O relatório “As soluções dos territórios: Adaptação Climática Baseada em Comunidades” aponta que o protagonismo da população vulnerável é fundamental na construção de soluções que promovam justiça climática. O estudo foi produzido pelo Greenpeace Brasil, em parceria

com o Laboratório de Estudos do Clima e do Ambiente (UERJ) e da Brisa Soluções Ambientais.

Para Rodrigo Jesus, porta-voz da Frente de Justiça Climática do Greenpeace Brasil, é essencial que essas comunidades estejam no centro da discussão da crise climática. “São justamente as comunidades vulnerabilizadas que vivem diariamente os impactos da crise climática e, ao mesmo tempo, acumulam um conhecimento profundo sobre seus territórios. Quem mora em uma favela, em uma comunidade ribeirinha,

indígena, quilombola ou em áreas rurais vulneráveis conhece como a água se comporta, onde o calor é mais intenso, quais são as rotas de fuga, quais famílias precisam de mais apoio e quais soluções já funcionam localmente”, explica.

O relatório conta a história da comunidade da Vila Arraes, no bairro da Várzea em Recife, que precisou se mobilizar para criar o Plano Comunitário de Contingência, Adaptação e Mitigação dos Efeitos das Chuvas, devido às tempestades de 2022. O plano, produzido pela Associação GRIS Espaço



Esses ventos são um alerta sobre um cenário que tende a se tornar mais frequente e intenso. O Brasil precisa deixar de reagir às tragédias e começar a se preparar para um clima que mudou"

Rodrigo Jesus, porta-voz da Frente de Justiça Climática do Greenpeace Brasil

Solidário, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e com a população local, aponta medidas de educação climática, saúde, logística, monitoramento de risco e gestão de crise.

No entanto, Rodrigo Jesus alerta que é preciso ter cuidado para não transferir para a população toda a responsabilidade de mitigar e se adaptar às tragédias. “Fortalecer a resiliência comunitária não significa substituir o Estado”, adverte. (MBG)

*Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi